

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Identificação

Área de Avaliação: **EDUCAÇÃO**

Coordenadora de Área: Clarilza Prado de Sousa (PUC-SP)

Coordenadora - Adjunta de Área: MarluCIA Menezes de Paiva (UFRN)

Coordenadora - Adjunta de Mestrado Profissional : Beatriz de Basto Teixeira (UFJF)

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

A Área de Educação conta, em junho de 2013, com 205 cursos de Pós-graduação, sendo 120 de Mestrado Acadêmico, 62 de Doutorado e 23 de Mestrado Profissional. Tais cursos se organizam em 143 Programas, 62 deles com Mestrado e Doutorado Acadêmicos, 58 com Mestrado Acadêmico e 23 com Mestrado Profissional. Com o propósito de oferecer uma visão geral da evolução e das tendências dos Programas da Área de Educação, foram resumidos em gráficos dados que permitem uma comparação da trajetória da Área nos três últimos triênios (2004/2006 ; 2007/2009 ; 2010/2012) e uma descrição do perfil atual.

O **Gráfico 01**, a seguir, permite observar que houve, no último triênio (em comparação com os dois triênios anteriores), uma ampliação do número de cursos em todas as regiões administrativas, sobretudo na região Nordeste.

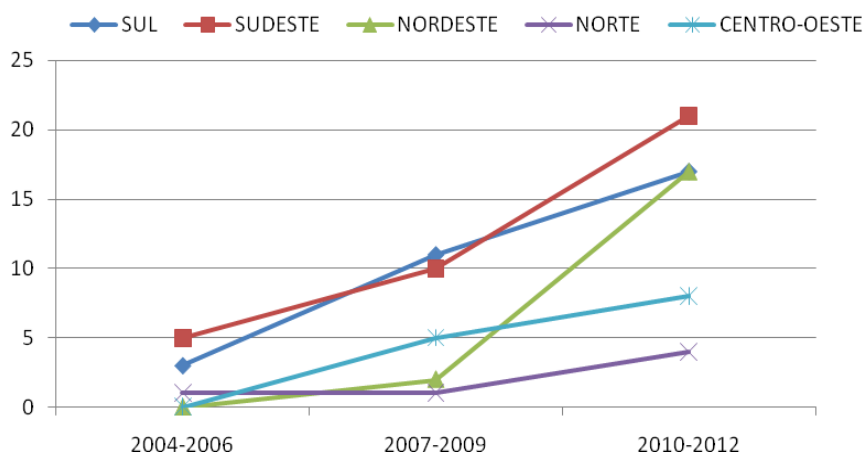


Gráfico 01- Aumento do número de novos cursos credenciados nos três últimos triênios por região do país.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Esta ampliação de todos os cursos, no entanto, não modificou o perfil da Área, que continua a manter a região sudeste com o maior número de cursos credenciados, como pode ser visto no **Gráfico 02**.

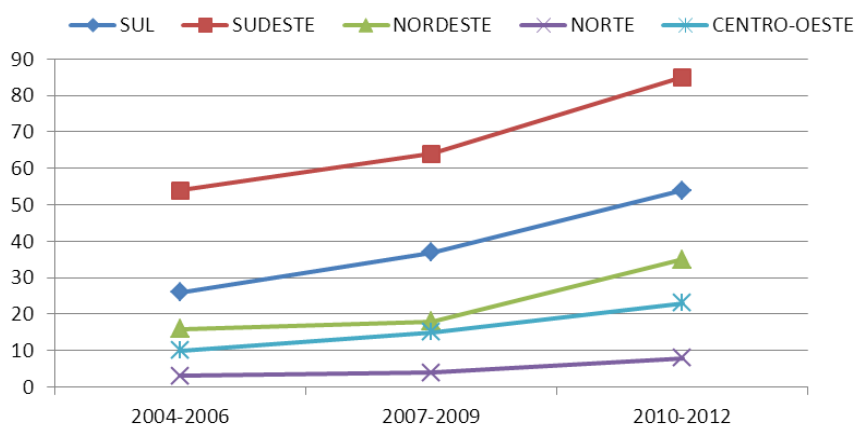


Gráfico 02 – Número total de cursos nos três últimos triênios por região do país.

A análise desta evolução considerando a dependência administrativa das Instituições de Ensino Superior (IES), apresentada no **Gráfico 03**, indica, que nos últimos triênios, a ampliação se deu mais fortemente em instituições públicas. Dessa forma, o perfil da Área, apresentado no **Gráfico 04**, indica que se mantém o predomínio de cursos de pós-graduação em instituições públicas em todo Brasil

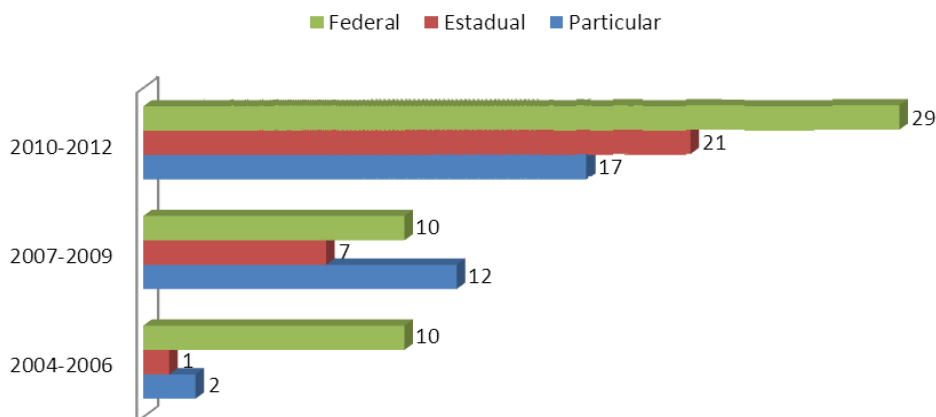


Gráfico 03- Número de novos cursos credenciados nos últimos triênios por dependências administrativa das IES.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

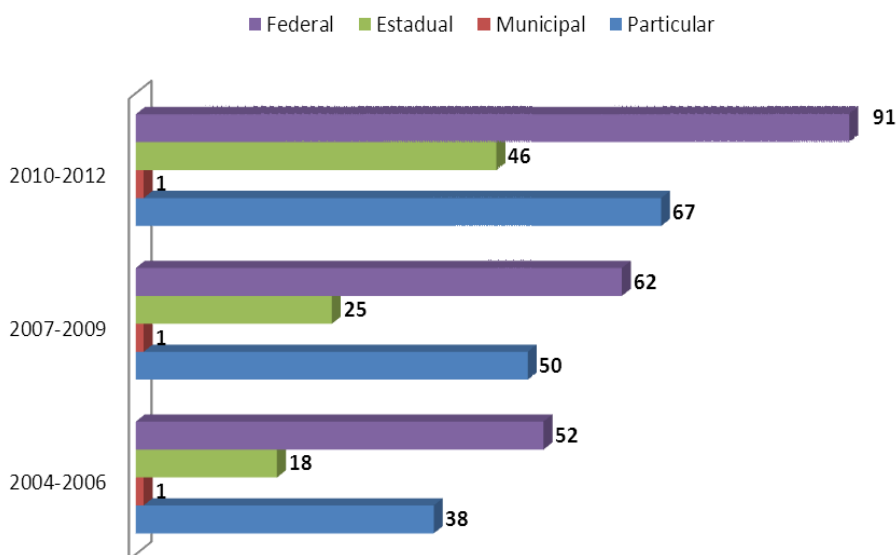


Gráfico 04 – Número de cursos da Área nos três últimos triênios segundo dependência administrativa das IES.

O crescimento dos cursos credenciados na Área, segundo nível e modalidade, indica ampliação da modalidade profissional e dos níveis de mestrado e doutorado acadêmicos no último triênio, como mostra do **Gráfico 5**.

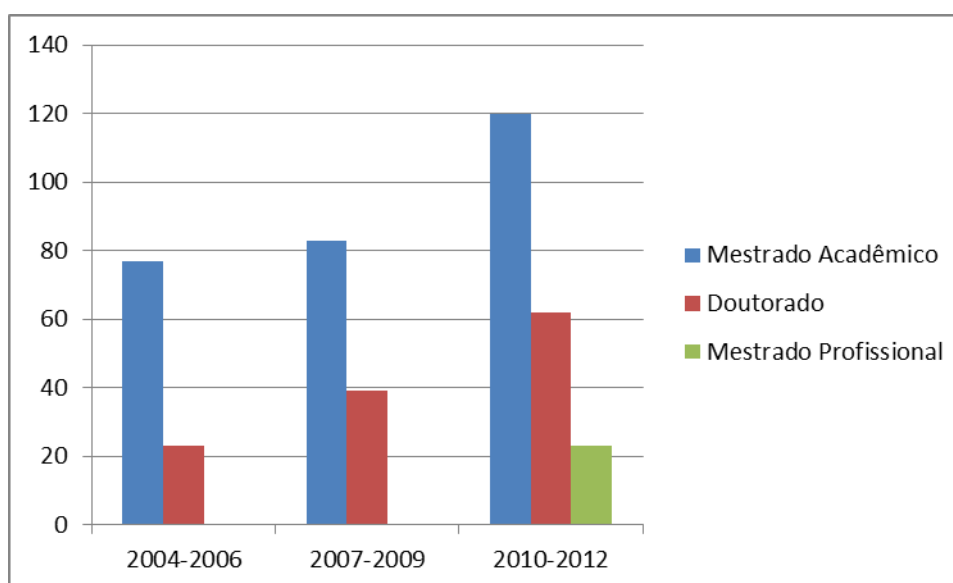


Gráfico 05 – Número de cursos da Área nos três últimos triênios segundo modalidade e nível.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

O **Gráfico 06** evidencia mais claramente a participação significativa que os cursos de mestrado ainda têm na Área de Educação.



Gráfico 06 - Porcentagem de programas credenciados segundo modalidade e nível.

A Área de Educação mostrou, no triênio 2010-2012, uma ampliação quantitativa superior à tendência que vinha sendo apresentada nos triênios passados, conforme pode se observar nos gráficos apresentados no item anterior.

Para além de tal ampliação, houve melhoria qualitativa, que pode ser inferida, principalmente, pela ampliação de Programas de alto desempenho com bom nível de internacionalização. Essa melhoria de qualidade revela ainda uma maior consolidação da Área e das reestruturações que vêm sendo implementadas, especialmente, ao longo da última década. Destacam-se, entre tais reestruturações, a maior organicidade dos Programas, a melhoria dos níveis de produção e a maior qualificação dos veículos em que essa produção é publicada. Em relação à organicidade, a idéia de linha de pesquisa está disseminada e praticamente todos os Programas organizam suas atividades curriculares em torno da pesquisa. Isso possibilitou uma maior institucionalização da pesquisa na pós-graduação, o que tem gerado efeitos positivos tanto em relação à produção docente quanto discente.

Sendo assim, nos últimos anos, os índices de produção bibliográfica docente da Área se ampliaram substancialmente. Essa produção está, em sua maioria, veiculada em livros (na

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

forma de obra integral ou coletâneas), o que é característico da Área também em âmbito internacional. Ressalte-se, no entanto, que a produção em periódicos científicos nacionais ampliou-se mais de 3 vezes nos últimos dez anos, fato mais positivo considerando-se que tais periódicos estão aprimorando sua gestão editorial, garantindo maior circulação e, paulatinamente, incrementando suas indexações.

No que tange à produção publicada fora do país, embora ainda concentrada em Programas mais consolidados, tem crescido quantitativamente, assim como se direcionado a periódicos de maior reputação internacional na Área. Sendo assim, o desafio da Área, para os próximos anos, é consolidar esses avanços.

Um outro aspecto a ser aperfeiçoado no processo avaliativo diz respeito à gestão de Programas. Será necessário produzir indicadores que permitam diagnosticar as condições de gestão que produziram melhor desenvolvimento do Programa e, assim, orientar mais precisamente às Instituições quanto a este aspecto.

Como tendência geral que se observa neste triênio, ressalta-se a proposição de mestrados profissionais que, nos triênios anteriores, eram inexistentes. Nesse sentido, cabe ressaltar que a Área de Educação terminou o ano de 2012 com 22 Programas de Mestrado Profissionais recomendados. A implantação desta modalidade de pós-graduação deverá ser acompanhada com dados de pesquisa e avaliação para se observar o impacto na Educação Básica. Alguns pesquisadores já iniciam pesquisas com este propósito, mas considera-se ainda prematuro identificar efeitos deste tipo de política antes de um maior tempo de implantação.

É possível ainda ressaltar que, os cursos de mestrado e doutorado acadêmico, além dos profissionais, estão procurando desenvolver atividades articuladas com as Secretarias de Educação Municipais e Estaduais, revelando assim, além do processo de formação que sempre empreenderam, a existência da implementação de uma política de maior aproximação dos sistemas de ensino (público, privado e patronal).

INTERDISCIPLINARIDADE

A análise do referencial teórico sobre a temática da interdisciplinaridade na Área da Educação permitiu destacar dois aspectos relacionados entre si, embora distintos: o caráter

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

interdisciplinar da própria Educação como área de conhecimento que integra diferentes campos de conhecimento e o fato de ser a interdisciplinaridade objeto de investigação na Área.

Uma das formas mais usuais de definir disciplina é: conjuntos de saberes, bem como métodos e dispositivos de pensamento comuns, capazes de produzir e reproduzir esses saberes. A partir dessa definição, os saberes são divididos e, muitas vezes hierarquizados, em função dos diferentes objetos de pesquisa, dos métodos utilizados e das questões investigadas. Essa simples definição de disciplina sempre foi insuficiente para definir uma área como a Educação. Afinal, este é um campo do saber no qual diferentes objetos de pesquisa são articulados, diferentes métodos são traduzidos e criados, fronteiras de disciplinas clássicas – Filosofia, Sociologia, Psicologia, Antropologia – são ultrapassadas e problemáticas próprias são constituídas na formação do discurso pedagógico.

No mundo contemporâneo, a ideia de que algum campo de conhecimento possa se constituir como disciplina isolada parece anacrônica, na medida em que os problemas de investigação se tornaram cada vez mais complexos e multifacetados e as fronteiras entre os saberes, mais difusas. A Educação não é diferente de nenhum outro campo nesse particular, sendo seu caráter interdisciplinar acentuado pela transversalidade do conhecimento contemporâneo.

Além de ser uma área interdisciplinar, a Educação é uma área obrigada a tratar da interdisciplinaridade como temática de estudo. Um dos focos centrais da Educação são os processos pedagógicos e didáticos que favorecem o ensino e a aprendizagem de determinados conteúdos curriculares. Na medida em que muitos desses conteúdos estão historicamente organizados em disciplinas, é inevitável a discussão sobre o caráter disciplinar/interdisciplinar dos currículos escolares. Acrescente-se a isso que a Educação compreende o ensino, mas o transcende como projeto de formação e, nesse sentido, os conteúdos ensinados/aprendidos ganham sentido na interação com as experiências vividas na escola e fora dela. Assim, mesmo em currículos organizados de forma disciplinar, a interdisciplinaridade está presente como atitude frente ao conhecimento, ao ato de aprender e ao projeto sócio-educacional.

Tendo em vista o fato de a interdisciplinaridade ser, concomitantemente, constitutiva da Educação e de seu objeto de estudo, a Área de Educação na CAPES tem pautado seu

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

projeto para a pós-graduação em uma postura interdisciplinar. Nesse sentido, a Área tem valorizado:

- Composições de corpo docente com formação em diferentes áreas de conhecimento que se proponham a pensar a questão educacional e pedagógica e que mostrem experiência na pesquisa educacional;
- Propostas curriculares de Programas de Pós-Graduação que privilegiem a integração entre campos disciplinares na formação do pós-graduando;
- A formação de pós-graduandos capazes de integrar áreas disciplinares – como matemática, física, química, história, biologia – entre si e em função de uma proposta educacional para a Educação Básica; e
- Ampliação das pesquisas que lidem com os processos pedagógicos de forma interdisciplinar.

EDUCAÇÃO BÁSICA

A relação da Área com a Educação Básica é direta e consequente. Direta porque a Educação Básica, enquanto política dos sistemas de ensino, processos educacionais, desempenho dos estudantes, formação dos professores, é objeto direto do campo educacional. Neste sentido, a maioria dos Programas da Área tem suas linhas de pesquisa voltadas para este nível de ensino sendo que há uma parte que se dedica ao estudo do ensino superior.

Neste sentido, a formação de profissionais para Educação Básica em Programas de Pós-Graduação em Educação tem contribuído significativamente para preenchimento de quadros do Ministério, de Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, Diretorias de Ensino e Unidades Escolares. Tem-se orientado aos Programas que façam um acompanhamento dos egressos dos cursos e, embora este processo ainda não esteja sistematizado, sendo muito maior em Programas menores do que nos cursos mais antigos e maiores, tem-se observado que contribuição é significativa no sistema público.

Consequente porque este tipo de formação tem possibilitado, em nível dos sistemas de

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

ensino, uma compreensão da problemática educacional de forma mais efetiva que se distingue a cada nova gestão política dos sistemas de ensino.

Embora em nível da escola, relatos de equipes técnicas de Secretarias de Educação têm sido constantes em afirmar, a partir de dados de avaliações de larga escala, a relação entre desempenho dos estudantes e a presença de professores com mestrado na área de educação, há ainda muito a ser pesquisado na Área.

A Área de Educação tem procurado, com esse propósito, incentivar professores dos Programas da Área, a realizarem estudos que possam, justamente, aprofundar tais questões.

II. Requisitos e orientações para Propostas de Cursos Novos

Mestrado (Acadêmico)

1. Condições Garantidas pela Instituição

A proposta deve conter indicadores de que a Instituição está comprometida com a implantação e o êxito do Curso de Mestrado (acadêmico), assegurando:

- a) Carga horária dos docentes para dedicação à pesquisa e outras atividades do Curso.
- b) Política institucional de financiamento e de captação de recursos para as atividades de pesquisa do Curso.
- c) Mecanismos de apoio para a participação de docentes e discentes em congressos e encontros, nos quais sejam socializados produtos das pesquisas.
- d) Política institucional de avaliação da pós-graduação.

2. Infraestrutura para desenvolvimento do Programa

Infra-estrutura adequada e satisfatória, incluindo: salas para coordenação e secretaria; salas de aula, salas de pesquisa para docentes e estudantes; salas para atendimento e orientação;

- a) biblioteca, com amplo e pertinente acervo bibliográfico incluindo textos clássicos da área, bibliografia atualizada em relação às linhas de pesquisa e periódicos reconhecidos pela área;
- b) recursos computacionais e conexão com a Internet, disponíveis para docentes e discentes, em espaços adequados e quantidades suficientes.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

3. Proposta do Curso

Recomendações da Área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica, etc.

A proposta deve:

- a) Indicar, de forma clara e coerente, os objetivos do Curso.
- b) Mostrar a existência de forte articulação entre linhas de pesquisa, estrutura curricular, projetos de pesquisa e seus produtos.
- c) Apresentar uma estrutura curricular que assegure uma oferta de disciplinas compatível com o perfil do Curso, com bibliografias pertinentes.
- d) Apresentar a sistemática de avaliação dos estudantes.
- e) Evidenciar a existência de pesquisa instalada na Instituição por no mínimo 01 (um) na área de Educação, sob responsabilidade prioritária do corpo de docentes permanentes.

4. Corpo Docente

Requisitos mínimos, estabelecidos pela Área, para composição do corpo docente do novo curso.

- a) O número de docentes credenciados como permanentes deve ser de, no mínimo, 10 (dez) professores, todos com regime de dedicação integral à Instituição, caracterizado pela prestação de quarenta horas semanais de trabalho, sendo, no mínimo, vinte delas dedicadas às atividades atinentes ao Curso. Na composição do corpo docente, deve-se levar em consideração o número de vagas a serem oferecidas, bem como o número de disciplinas e de orientandos.
- b) Os docentes permanentes devem constituir pelo menos 2/3 do conjunto dos docentes do Programa, de modo a não caracterizar a dependência em relação a docentes externos a esse núcleo.
- c) Pelo menos 75% dos docentes do corpo permanente devem apresentar título de doutor em Educação (e os demais, título de doutor em áreas afins). O percentual acima pode ser flexibilizado em casos de professores com uma ampla e conceituada produção bibliográfica e de pesquisa, diretamente relacionada com a área de

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Educação.

Observação: O atendimento dos critérios a, b e c, do item 3, é requisito indispensável para a continuidade da análise da proposta.

- d) Desde que seja garantido o mínimo de 10 docentes em regime de dedicação integral ao Curso, admite-se o acréscimo de até 30% de docentes permanentes nas seguintes condições: (a) professor com bolsa de fixação de pesquisador, concedida por agências federais ou estaduais de fomento; (b) professor ou pesquisador aposentado, tendo firmado com a instituição termo de compromisso de participação como docente do curso; (c) professor cedido, por convênio formal, para atuar como docente do curso.
- e) A maioria do corpo docente deve ser composta por doutores com 2 anos ou mais de titulação.
- f) Até 20% dos professores permanentes podem atuar também como permanentes em outro Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, da mesma instituição. Esse percentual não se aplica a mestrados profissionais.
- g) A política de credenciamento e reconhecimentos de docentes do curso deve ser detalhada na proposta.

5. Atividade Técnica e de Pesquisa

Todos os docentes devem estar envolvidos em projeto(s) de pesquisa.

- a) Cada docente do curso pode estar inserido em até 03 (três) projetos de pesquisa, sendo responsável por no máximo 02 (dois).
- b) Pelo menos 75% dos docentes do corpo permanente devem ser coordenadores de projetos (ou sub-projetos de pesquisa).
- c) Pelo menos 75% dos projetos devem estar sob a responsabilidade de docentes permanentes.

6. Produção Intelectual e Técnica

- a) A avaliação individual e conjunta do corpo docente tomará por base os últimos 3 (três) anos e levará em consideração a produtividade em atividades de pesquisa, sobretudo publicações, tais como: artigos em periódicos, livros e capítulos de livro e trabalhos completos em anais .
- b) Todos os docentes do corpo permanente deverão apresentar, nos últimos 3 (três)

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

anos, pelo menos o total de 03 (três) publicações qualificadas, conforme especificado no item 5a.

- c) Todos os docentes do corpo permanente deverão apresentar, pelo menos, 2 publicações nos últimos três anos, classificada pela Área, no mínimo, como B 2 (periódico) ou L2 (livro ou capítulo de livro).

Observação - Somente serão contabilizadas as publicações que tiverem informações completas: registro do ISBN, editora, no caso de livros e anais de eventos; e o ISSN, no caso de periódicos. É também necessário indicar o número de páginas dos artigos, capítulos, trabalhos em anais de eventos e livros completos, mesmo quando se trata de publicações eletrônicas (pode-se registrar “1” como a primeira página e o número total de páginas como a última).

Doutorado

1. Infraestrutura para desenvolvimento do Programa

Infraestrutura adequada e satisfatória, incluindo: salas para coordenação e secretaria; salas de aula, salas de pesquisa para docentes e estudantes; salas para atendimento e orientação;

- a) biblioteca, com amplo e pertinente acervo bibliográfico incluindo textos clássicos da Área, bibliografia atualizada em relação às linhas de pesquisa e periódicos reconhecidos pela Área;
- b) recursos computacionais e conexão com a Internet, disponíveis para docentes e discentes, em espaços adequados e quantidades suficientes.

2. Proposta do Curso

Recomendações da Área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica etc.

A proposta deve:

- a) Indicar um avanço em relação ao Mestrado, evidenciando um Programa cujo perfil é caracterizado por inserção nacional e maturidade acadêmica.
- b) Indicar, de forma clara e coerente, os objetivos do Curso, com ênfase na formação de pesquisadores de alto nível.
- c) Mostrar que existe forte articulação entre linhas de pesquisa, estrutura curricular, projetos de pesquisa e seus produtos.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- d) Apresentar uma estrutura curricular que assegure uma oferta de disciplinas compatível com o perfil do curso, com bibliografias pertinentes.
- e) Revelar tradição de investigação científica no Programa, com evidências de, no mínimo, 5 (cinco) anos de pesquisa instalada na Instituição, na área de Educação, sob responsabilidade prioritária dos docentes permanentes do Programa. É imprescindível que essa tradição se materialize em projetos e produtos de pesquisa publicados.

3. Corpo Docente

Requisitos mínimos, estabelecidos pela Área, para composição do corpo docente do novo curso.

- a) O número de docentes credenciados como permanentes do Doutorado deve ser de, no mínimo, 08 (oito) professores, todos com regime de dedicação integral à Instituição, caracterizado pela prestação de quarenta horas semanais de trabalho sendo, no mínimo, vinte delas dedicadas às atividades atinentes ao Curso. Na composição do corpo docente, deve-se levar em consideração o número de vagas a serem oferecidas, bem como o número de disciplinas e de orientandos.
- b) Os docentes permanentes devem constituir pelo menos 2/3 do corpo docente, de modo a não caracterizar a dependência em relação a docentes externos a esse núcleo.
- c) Pelo menos 75% dos docentes do corpo permanente devem apresentar título de doutor em Educação (e os demais, título de doutor em áreas afins). O percentual acima pode ser flexibilizado em casos de professores com uma ampla e conceituada produção bibliográfica e de pesquisa, diretamente relacionada com a área de Educação.

Observação: O atendimento dos critérios a, b e c, do item 3, é requisito indispensável para a continuidade da análise da proposta.

- d) Desde que seja garantido o mínimo de 06 (seis) docentes em regime de dedicação integral ao Curso, admite-se o acréscimo de até 30% de docentes permanentes nas seguintes condições: (a) professor com bolsa de fixação de pesquisador, concedida por agências federais ou estaduais de fomento; (b) professor ou pesquisador aposentado, tendo firmado com a instituição termo de compromisso de participação

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

como docente do Curso; (c) professor cedido, por convênio formal, para atuar como docente do Curso.

Observação: 08 (oito) docentes para Programas que não contam com curso de Mestrado.

- e) A maioria do corpo docente deve ser composta por doutores com 05 (cinco) anos ou mais de titulação.
- f) Todos os docentes permanentes devem ter pelo menos 02 (duas) orientações de mestrado concluídas.
- g) Até 20% dos professores permanentes podem atuar também como permanentes em outro Programa de pós-graduação *stricto sensu*, da mesma instituição. Esse percentual não se aplica a mestrados profissionais.
- h) A política de credenciamento e recredenciamento de docentes do curso deve ser detalhada na proposta.

4. Atividade Técnica e de Pesquisa

Todos os docentes devem estar envolvidos em projeto(s) de pesquisa.

- a) Cada docente do curso pode estar inserido em até 03 (três) projetos de pesquisa, sendo responsável por no máximo 02 (dois).
- b) Pelo menos 75% dos docentes do corpo permanente devem ser coordenadores de projetos (ou sub-projetos de pesquisa).
- c) Pelo menos 75% dos projetos devem estar sob a responsabilidade de docentes permanentes.

5. Produção Intelectual e Técnica

- a) A avaliação individual e conjunta do corpo docente tomará por base os últimos três anos e levará em consideração a produtividade em atividades pesquisa, sobretudo publicações qualificadas, tais como: artigos em periódicos, livros e capítulos de livro e trabalhos completos em anais .
- b) Todos os docentes do corpo permanente credenciados para o curso de Doutorado deverão apresentar, nos últimos três anos, o total de pelo menos 6 (seis) publicações qualificadas, conforme especificado no item 5a.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- c) Todos os docentes do corpo permanente deverão apresentar pelo menos 3 publicações nos últimos três anos, classificadas pela Área, no mínimo, como B2 (periódico) ou L2 (livro ou capítulo de livro).

Observação: Somente serão contabilizadas as publicações que tiverem informações completas: registro do ISBN, editora, no caso de livros e anais de eventos; e o ISSN, no caso de periódicos. É também necessário indicar o número de páginas dos artigos, capítulos, trabalhos em anais de eventos e livros completos, mesmo quando se trata de publicações eletrônicas (pode-se registrar “1” como a primeira página e o número total de páginas como a última).

MESTRADO PROFISSIONAL

1. Condições garantidas pela Instituição

Compreende-se como condições garantidas pela Instituição a apresentação dos seguintes itens:

- a) documento oficial da Instituição (Reitoria, Pró-Reitoria, ou autoridade equivalente) concordando com a abertura do programa;
- b) regimento interno com regras claras de admissão dos candidatos, créditos necessários e trabalhos de conclusão;
- c) regras claras para o credenciamento dos Docentes Permanentes e Colaboradores;
- d) infraestrutura mínima adequada de laboratórios, salas de aula e biblioteca, etc., para a criação do programa. .
- e) evidências de experiências anteriores da Instituição na(s) área(s) em que oferece a profissionalização, preferencialmente conduzida por professores do corpo permanente.

2. Infraestrutura para desenvolvimento do Programa

A Instituição deve indicar a infra estrutura que assegurará ao desenvolvimento do curso , o que deve incluir:

- a) salas para coordenação e secretaria, salas de aula exclusivas para a pós-graduação, salas para as atividades de pesquisa e desenvolvimento para docentes e alunos, salas para atendimento e orientação;
- b) biblioteca, com amplo e pertinente acervo bibliográfico incluindo textos clássicos da

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

área, bibliografia atualizada em relação às linhas de pesquisa do Programa e periódicos reconhecidos pela área (a proposta deve fornecer dados quantitativos do acervo da área e listar as principais obras do acervo e os periódicos e bases assinados)

- c) recursos computacionais e conexão com a Internet, disponíveis para docentes e discentes, em espaços adequados exclusivos para a pós-graduação e em quantidade suficiente para atender ao tamanho do Programa proposto.
- d) carga horária dos docentes para dedicação à pesquisa e outras atividades do Curso (a aceitação institucional deve explicitar compromisso explícito com a liberação de, pelo menos, 20 horas semanais do corpo docente permanente relacionado com a proposta para as atividades de pós-graduação).
- e) política institucional de avaliação da pós-graduação.
- f) explicitação clara das possibilidades de atuação dos egressos com o perfil formado pelo curso.
- g) recursos humanos de secretaria para dar conta das atividades do Programa (a aceitação institucional deve explicitar compromisso explícito com a alocação de, pelo menos, um funcionário para atender exclusivamente ao Programa).

3. Proposta do Curso

Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica, etc.

Os Mestrado Profissionais na Área de Educação deverão contemplar em sua proposta um posicionamento sobre os seguintes itens:

- a) justificativa e análise da demanda para Educação Básica;
- b) perfil do profissional formado, indicando sua possibilidade de atuação.
- c) objetivos do Curso;
- d) articulação entre linhas de atuação, estrutura curricular, projetos de pesquisa e seus produtos;
- e) estrutura curricular que assegure uma oferta de disciplinas compatível com o perfil do Programa, com bibliografias pertinentes;
- f) apresentação de como os saberes curriculares, pedagógicos, disciplinares se articulam em um contexto de experiências e práticas;

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- g) indicação de como a pesquisa se define na formação;
- h) indicação da sistemática de avaliação dos estudantes
- i) evidências de experiências anteriores da Instituição na(s) área(s) em que oferece a profissionalização, preferencialmente conduzida por professores do corpo permanente.
- j) número de orientandos por professor;
- k) número de vagas a serem oferecidas
- l) O programa deve procurar evidenciar como serão oferecidos aos alunos condições de acesso e desenvolvimento de habilidades computacionais

4. Corpo Docente

Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso

- a) o corpo docente deve ser integrado, de forma equilibrada por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (Portaria Normativa MEC nº 17 de 28 de dezembro de 2009).
- b) deve ser evidenciado que o Corpo Docente já vem interagindo antes do envio da proposta. Não é desejável que o Corpo Docente seja montado apenas para a submissão da proposta.
- c) o Programa deverá apresentar número docentes permanentes relacionados a área de avaliação, e 60% deles apresentando pelo menos vínculo parcial com a instituição proponente.
- d) a participação de docentes colaboradores não deve caracterizar dependência externa, nem ser utilizada para o atendimento das exigências mínimas de produção científica.
- e) a maioria dos professores permanentes deve ter dedicação de no mínimo 20 h (vinte) dedicadas às atividades do Programa.
- f) a política de credenciamento e credenciamento deve ser detalhada na proposta.

5. Atividade Técnica e de Pesquisa

- a) as linhas e atividades de pesquisa devem estar articuladas à estrutura curricular aos projetos de pesquisa, aos projetos de intervenção e à produção intelectual

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

dos docentes .

- b) o Programa deve evidenciar como serão desenvolvidas as atividades de intervenção, práticas a serem realizadas seja como trabalho final, seja como exigência para desenvolvimento das atividades das disciplinas do curso.

6. Produção Intelectual e Técnica

A produção intelectual do Corpo Docente, principalmente do Corpo Docente Permanente, deve estar relacionada com a Proposta do Programa, Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa.

- a) todos os docentes devem estar envolvidos em projeto (s) de pesquisa, sendo que 75% dos docentes permanentes devem ser coordenadores de projetos.
- b) a produção do corpo docente permanente, nos últimos 5 (cinco) anos deve evidenciar sua aderência à área seja com publicações científicas, desenvolvimento de atividades práticas. As atividades práticas realizadas devem ter sido objeto de algum tipo de publicação, seja em livros, artigos, material didático (não apostilas).
- c) as publicações dos docentes devem apresentar no período analisado, pelo menos uma das seguintes classificações: publicação em periódicos, no mínimo B2; livros que sejam produto de pesquisa que apresentem organicidade e boa circulação; material didático publicado por editora que apresenta comissão científica e editorial.

III. Considerações gerais sobre a Avaliação Trienal 2013

A orientação do processo de avaliação envolve a realização de duas atividades básicas: descrição dos critérios de forma a deixar clara e transparente as expectativas da avaliação; discussão destes critérios juntamente com os coordenadores de Programas visando o aperfeiçoamento e a revisão de alguns e a legitimação da proposta avaliativa.

Para tanto, os quesitos foram desdobrados em itens da ficha de avaliação a ser aprovada pelo CTC-ES em um conjunto de indicadores. Para o triênio 2010-2012, tais indicadores foram revistos visando o seu aprimoramento após a discussão com os Programas

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

de Pós-Graduação. A Área entende que a avaliação, além de aferir a qualidade dos Programas, deve ser um instrumento para a sua melhoria.

Por isto, além dos necessários indicadores de produto que tendem a permitir a discriminação, a área utiliza também indicadores de processo que tem a função pedagógica de apresentar o que se espera em termos da organização e do funcionamento dos Programas.

A ficha é, portanto, tanto instrumento de avaliação como balizamento para que os Programas planejem suas ações futuras, balizando-as por um perfil de qualidade previamente conhecido.

SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

O processo de interlocução da Área de Educação com os coordenadores de Programas foi realizado tanto nos seminários de acompanhamento da Área, promovidos pela CAPES, quanto em outras oportunidades que oportunizam discussão com a Coordenação de Área.

Nestes seminários, a cada momento ficou mais evidente os propósitos da avaliação e a contribuição possível dos coordenadores para o aperfeiçoamento da Área.

IV. Considerações sobre o Qualis Periódicos, Roteiro para Classificação de Livros/ Eventos / Produtos Técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação

QUALIS-PERIÓDICOS

O Qualis-Periódicos será produzido pela classificação das revistas tendo por base perfis definidos a partir de critérios comuns a Grande Área de Humanas e dados de indexação em bases nacionais (Scielo e Scielo Educ@) e internacionais quando disponíveis (ISI, Scopus e outras da área de humanas).

Estrato	Definição
A1	Publicação amplamente reconhecida pela área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalente (no exterior). Ter ampla circulação por meio de assinaturas/permutas para a versão impressa, quando for o caso, e <i>online</i> . Periodicidade mínima de 3 números anuais e regularidade, com publicação de todos os números previstos no prazo. Possuir conselho editorial e corpo de

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>pareceristas formado por pesquisadores nacionais e internacionais de diferentes instituições e altamente qualificados. Publicar, no mínimo, 18 artigos por ano, garantindo ampla diversidade institucional dos autores: pelo menos 75% de artigos devem estar vinculados a no mínimo 5 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Garantir presença significativa de artigos de pesquisadores filiados a instituições estrangeiras reconhecidas (acima de dois artigos por ano). Estar indexado em, pelo menos, 6 bases de dados, sendo, pelo menos 3 internacionais. Constar de bases de indexação, dentre elas o Scielo/Scielo Educa (se brasileiras).</p>
A2	<p>Publicação amplamente reconhecida pela área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalente (no exterior). Ter ampla circulação por meio de assinaturas/permutas, no caso de revistas apenas impressas, e estar, preferencialmente, disponível on-line. Periodicidade mínima de 2 números anuais e regularidade na edição dos números. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais e internacionais de diferentes instituições e altamente qualificados. Publicar, no mínimo, 18 artigos por ano, garantindo ampla diversidade institucional dos autores: pelo menos 75% de artigos devem estar vinculados a, no mínimo, 5 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Publicar pelo menos dois artigos por ano de autores filiados a instituições estrangeiras reconhecidas. Estar indexado em 5 bases de dados, sendo, pelo menos, 2 internacional. Constar de bases de indexação, dentre elas o Scielo/Scielo Educa (se brasileiras).</p>
B1	<p>Publicação reconhecida pela área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalente (no exterior). Ter circulação nacional por meio de assinaturas/permutas, no caso de revistas apenas impressas, sendo recomendado que esteja disponível on-line. Periodicidade mínima de 2 números anuais e regularidade na edição dos números. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais e internacionais de diferentes instituições e qualificados. Publicar, no mínimo, 14 artigos por ano, garantindo ampla diversidade institucional dos autores: pelo menos 60 % de artigos devem estar vinculados a, no mínimo, 4 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Publicar pelo menos um artigo ao ano de autores filiados a instituições estrangeiras reconhecidas. Estar indexado em, pelo menos, 4 bases de dados nacionais ou internacionais.</p>
B2	<p>Publicação reconhecida pela área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalente (no exterior). Ter circulação nacional por meio de assinaturas/permutas, no caso de revistas apenas impressas, sendo recomendado que esteja disponível on-line. Periodicidade mínima de 2 números anuais e regularidade na edição dos números. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais de diferentes instituições e qualificados. Publicar, no mínimo, 12 artigos por ano, garantindo diversidade institucional dos autores: pelo menos 50 % de artigos devem estar vinculados a, no mínimo, 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Estar indexado em, pelo menos, 3 bases de dados nacionais ou internacionais.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

B3	Publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalente (no exterior). Ter circulação nacional por meio de assinaturas/permutas, no caso de revistas apenas impressas, sendo recomendado que esteja disponível on-line. Periodicidade mínima de 2 números anuais e regularidade na edição dos números. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais de diferentes instituições e qualificados. Publicar, no mínimo, 12 artigos por ano, garantindo diversidade institucional dos autores: pelo menos 40 % de artigos devem estar vinculados a, no mínimo, 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Estar indexado em, pelo menos, 2 base de dados nacional ou internacional.
B4	Publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, na qual devem constar ISSN, editor responsável, conselho editorial, linha editorial, normas para submissão de artigos, afiliação institucional dos autores, resumo(s) e descritores. Ter circulação, no mínimo, regional, periodicidade de 2 números anuais e regularidade na edição dos números. Possuir corpo de pareceristas formado por pesquisadores de diferentes instituições. Publicar, no mínimo, 12 artigos por ano, garantindo que pelo menos 50% deles seja de autores diferentes da instituição que publica o periódico. Estar indexado em, pelo menos, 1 base de dados nacional ou internacional.
B5	Publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente a uma comunidade acadêmico-científica, na qual devem constar ISSN, editor responsável, conselho editorial, linha editorial, normas para submissão de artigos, afiliação institucional dos autores, resumo(s) e descritores. Ter periodicidade de 2 números anuais e regularidade na edição dos números. Possuir corpo de pareceristas formado por pesquisadores de mais de uma instituição. Publicar, no mínimo, 12 artigos por ano.

ROTEIRO PARA CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS

A avaliação dos livros será realizada em quatro estratos, considerando-se os aspectos definidos no Roteiro para classificação de livros, aprovado pelo CTC em agosto de 2009. Para ser classificada, a obra deve possuir ficha catalográfica, com ISBN ou ISSN, mínimo de 50 páginas e ser produto intelectual que resulte da investigação de docentes da pós-graduação. A avaliação dos livros (obra completa e coletânea) terá por base a ficha de avaliação comum para a Grande Área de Humanas (abaixo) e a partir da qual derivou-se os 4 estratos de avaliação conforme descrito neste documento.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

INSTRUMENTO PARA CLASSIFICAÇÃO DOS LIVROS
Parte I: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA
Título da Obra:
Autores (livro) ou Organizadores (coletânea) (especificar se for docente ou discente do Programa):
ISBN:
Editora:
Local da edição (cidade/pais):
Número de Páginas:
Ano da primeira edição:
Número e ano da edição enviada:
Tiragem:
Formato (impresso ou eletrônico):
Referência completa do Livro / Coletânea (adotar ABNT):
Numero de capítulos da coletânea:
Autores (docentes e discentes) do Programa de Pós-graduação, título e páginas de cada capítulo:
Vinculação do livro/coletânea a linha de pesquisa, área de concentração ou área de conhecimento:
Informações complementares (informações sobre a participação de docentes/discentes de outros programas, tipo de financiamento, premiação, participação de autores estrangeiros, etc.):

A avaliação levará em consideração, especialmente para o estrato mais elevado, quesitos de relevância da temática, caráter inovador da contribuição e potencial de impacto, tais como definidos pelo CTC. Além desses aspectos, serão considerados aspectos formais — autoria, editoria, financiamento, reedição, prêmios — que valorizam a obra, embora não sejam obrigatórios. Para fins de classificação, as obras serão subdivididas de acordo com sua natureza em: (a) obra integral; e (b) coletânea e dicionários.

TEXTO INTEGRAL	
Estrato	Definição
L4	Obra acadêmico-científica cuja natureza é relato e/ou discussão de pesquisa focalizando questões teóricas e metodológicas, empíricas ou de aplicação; estudos e ensaios teóricos e debates conceituais; estudos e propostas de metodologia de pesquisa; estado da arte referente a determinada temática ou subárea de saber; ou estudos, derivados de pesquisa, sobre metodologia de ensino para educação básica ou superior. As obras devem apresentar necessariamente: esforço autoral e alcance teórico; organicidade, introdução/capítulo introdutório ou apresentação que demonstre a organicidade da obra; distribuição/circulação; qualidade da

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>edição; e editora com conselho editorial.</p> <p>Obra acadêmico-didática ou de revisão de literatura com organicidade, recorte autoral e abordagem aprofundada, alicerçada em trajetória de pesquisa nas áreas de conhecimento.</p> <p>São atributos que valorizam a obra: financiamento da pesquisa, obra com até 3 autores, co-autoria com pesquisadores estrangeiros, pertencimento a coleções, avaliação por pares, apoio de agência para publicação (editais), prefácio e/ou apresentação de outro pesquisador, informação sobre o(s) autore(s) e prêmios.</p>
L3	<p>Obra acadêmico-científica cuja natureza é relato e/ou discussão de pesquisa focalizando questões teóricas e metodológicas, empíricas ou de aplicação; estudos e ensaios teóricos e debates conceituais; estudos e propostas de metodologia de pesquisa; estado da arte referente a determinada temática ou subárea de saber; ou estudos, derivados de pesquisa, sobre metodologia de ensino para educação básica ou superior.</p> <p>As obras devem apresentar: organicidade, distribuição/circulação e qualidade da edição. São atributos que valorizam a obra: institucionalização da pesquisa no Programa, introdução/capítulo introdutório ou apresentação que demonstre a organicidade da obra, obra com até 3 autores, editora com conselho editorial e coleções, avaliação por pares, apoio de agência para publicação (editais).</p>
L2	<p>Obra acadêmico-científica cuja natureza é relato e/ou discussão de pesquisa focalizando questões teóricas e metodológicas, empíricas ou de aplicação; estudos e ensaios teóricos e debates conceituais; estudos e propostas de metodologia de pesquisa; estado da arte referente a determinada temática ou subárea de saber; ou estudos, derivados de pesquisa, sobre metodologia de ensino para educação básica ou superior.</p> <p>As obras devem apresentar organicidade.</p> <p>Obra acadêmico-didática ou de revisão de literatura, tomando como referência pesquisas e estudos na área educacional, que apresente organicidade. São atributos que valorizam a obra: ter até 3 autores, distribuição/circulação, qualidade da edição, editora com conselho editorial e coleções, apoio de agência para publicação (editais) e prêmios.</p>
L1	<p>Obra com abordagem menos orgânica e pouca argumentação conceitual. Não há exigência de ampla distribuição nacional.</p>

COLETÂNEA	
Estrato	Definição
L4	<p>Coletânea com textos muito bem articulados cuja natureza é relato e/ou discussão de pesquisa focalizando questões teóricas e metodológicas, empíricas ou de aplicação; estudos e ensaios teóricos e debates conceituais; estudos e propostas de metodologia de pesquisa; estado da arte referente à determinada temática ou subárea de saber; ou estudos, derivados de pesquisa, sobre metodologia de ensino para educação básica ou superior. Necessariamente, produto de convênios, de redes nacionais ou internacionais ou de pesquisa financiada. São atributos que valorizam a obra: participação discente, presença de autores e</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	organizadores estrangeiros, ampla distribuição/circulação, qualidade da edição, apoio de agência para publicação (editais) e prêmios.
L3	Coletânea com textos articulados cuja natureza é relato e/ou discussão de pesquisa focalizando questões teóricas e metodológicas, empíricas ou de aplicação; estudos e ensaios teóricos e debates conceituais; estudos e propostas de metodologia de pesquisa; estado da arte referente a determinada temática ou subárea de saber; ou estudos, derivados de pesquisa, sobre metodologia de ensino para educação básica ou superior. Resulta de pesquisa institucional de grupos de pesquisa de um ou mais Programas ou da consolidação de trajetórias de pesquisas dos autores. Coletânea com textos muito bem articulados cuja natureza é revisão ou discussão de literatura, obra didática com revisão crítica da literatura sobre um tema, e biografia comentada ou apresentação da obra de um autor, com seleção de textos e discussão crítica. São atributos que valorizam a obra: participação discente, autores e organizadores estrangeiros, distribuição/circulação, qualidade da edição, apoio de agência para publicação (editais) e prêmios.
L2	Coletânea com textos com menor articulação cuja natureza é relato e/ou discussão de pesquisa focalizando questões teóricas e metodológicas, empíricas ou de aplicação; estudos e ensaios teóricos e debates conceituais; estudos e propostas de metodologia de pesquisa; estado da arte referente a determinada temática ou subárea de saber; ou estudos, derivados de pesquisa, sobre metodologia de ensino para educação básica ou superior. Coletânea com textos articulados cuja natureza é revisão ou discussão de literatura, obra didática com revisão crítica da literatura sobre um tema, e biografia comentada ou apresentação da obra de um autor, com seleção de textos e discussão crítica. São atributos que valorizam a obra: participação discente, autores e organizadores estrangeiros, distribuição/circulação, qualidade da edição.
L1	Coletânea com textos pouco articulados, mas que demonstrem vinculação à pesquisa desenvolvida na instituição.
<p>No caso de dicionários, as obras serão classificadas com critérios semelhantes aos utilizados para as coletâneas.</p> <p>Os resultados da qualificação serão utilizados para fins de avaliação, conforme tabela de valores abaixo:</p>	

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		Artigo em Periódico	
	A1	100	
	A2	85	
	B1	70	
	B2	55	
	B3	40	
	B4	25	
	B5	10	
	C	Sem valor	

	Capítulo	Verbetes	Livro
L4	80	80	250
L3	60	40	180
L2	35	15	130
L1	10	5	30
LNC	Livro não classificado: sem valor		

V. Ficha de Avaliação para o Triênio 2010-2012

MESTRADO (ACADÊMICO) E DOUTORADO		
Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50%	<p>Analisar a existência de consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração e/ou linhas de pesquisa, assim como sua coerência com os projetos em andamento e a proposta curricular.</p> <p>Examinar evidências da qualidade das ementas e da atualidade das bibliografias, assim como a articulação entre as disciplinas e as Áreas de Concentração e/ou as Linhas de Pesquisa.</p> <p>Analisar existência de atividades de formação adicionais coerentes com a proposta do Programa.</p> <p>Analisar a presença de estratégias inovadoras de formação didático-pedagógicas e ou de atividades de ampliação, fortalecimento e</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		aprofundamento da formação, tal como eventos, oficinas, seminários proporcionados pelo programa a seus estudantes.
1.2. Planejamento do Programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da Área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da Área.	30%	<p>Analisar adequação da proposta do Programa às necessidades regionais, nacionais e internacionais e os meios que o programa pretende adotar para enfrentar os desafios da área e atingir seus objetivos atuais e futuros.</p> <p>Examinar a existência de política sistemática de avaliação e (re)credenciamento de docentes, assim como de formação e capacitação de docente (apoio institucional a participação em eventos, a pesquisa, a pós-doutorado).</p> <p>Considerar a presença de política de acompanhamento de egressos.</p>
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	10%	<p>Examinar a adequação da infra-estrutura para o ensino e a pesquisa.</p> <p>Examinar a existência de salas de pesquisa, recursos de informática e biblioteca compatíveis com as necessidades do Programa.</p>
1.4. Definição clara da proposta do Programa como acadêmico, voltado para o desenvolvimento de pesquisa e formação de pesquisadores para ensino superior.	10%	<p>Analisar a adequação da proposta aos propósitos de um programa acadêmico.</p> <p>Examinar a existência de grupos de pesquisa que sustentam o desenvolvimento do Programa.</p>
2 – Corpo Docente	15%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência e sua compatibilidade e adequação à proposta do Programa.	15%	<p>Analisar as evidências de que o perfil do corpo docente está voltado para a Área de educação, considerando a diversificação de formação, seja na graduação ou pós graduação.</p> <p>Considerar a relação da formação dos docentes permanentes com a área de concentração e ou linhas de pesquisa do programa.</p> <p>Valorizar participação dos docentes em atividades de aprimoramento.</p>
2.2. Adequação e dedicação dos	30%	Considerar a dimensão do corpo docente

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do Programa.		tendo em vista o número de estudantes e sua inserção em atividades de docência e orientação.
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do Programa.	30%	Considerar a participação dos docentes em equipes de pesquisa e na coordenação de projetos. Analisar se a distribuição é equilibrada (tendo em vista a experiência dos docentes). Valorizar captação de recursos para os projetos.
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.	10%	Considerar atividades de docência, iniciação científica, orientação de monografias, presença de estudantes da graduação em projetos de pesquisa, gestão na graduação e outras atividades extracurriculares como palestras e seminários. O excesso de carga letiva na graduação deve ser destacado como negativo ao desenvolvimento das atividades do Programa.
2.5. Inserção acadêmica do corpo docente	15%	Considerar, por exemplo, a participação em comissões nacionais de avaliação; diretorias de associações científicas nacionais e internacionais; diretorias, comitês, comissões ou consultorias ad-hoc em agências de âmbito nacional ou estadual; comissões editoriais de periódicos qualificados; comissões científicas de eventos internacionais, nacionais ou regionais.
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	35%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	20%	Considerar a capacidade do Programa de titular seus estudantes e a relação entre titulados e corpo docente.
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do Programa.	10%	Considerar a distribuição das titulações pelos docentes (levando em conta a experiência dos orientadores), assim como o fato de a maioria das orientações ter sido conduzida por docentes permanentes.
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de	40%	Considerar relação das teses e dissertações com linhas e projetos de

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à Área.		pesquisa e a produção bibliográfica qualificada dos discentes em função de suas pesquisas. Valorizar a qualificação das bancas examinadoras.
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	20%	Considerar tempo médio de titulação de mestres e doutores, especialmente dos bolsistas.
3.5. Participação de discentes em projetos de pesquisa.	10%	Valorizar a participação dos discentes em projetos de pesquisa institucionais.
4 – Produção Intelectual	35%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	50%	Considerar a média ponderada das produções qualificadas em livros, capítulos e periódicos dos docentes permanentes, assim como em trabalhos completos em anais. Valorizar produção não centralizada em veículos da própria Instituição.
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	30%	Considerar a distribuição da produção pelos docentes, analisando o percentual de docentes que atinge, no triênio, o valor mínimo definido pela área: para mestrado, mínimo de 3 produtos, sendo 2, pelo menos, B2 ou L2; para doutorado, no mínimo 6 produtos, sendo 3, pelo menos B2 ou L2.
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	20%	Considerar produção técnica dos docentes, privilegiando serviços técnicos, apresentação de trabalho, curso de curta duração, desenvolvimento de material didático e instrucional, desenvolvimento de aplicativo, editoria, organização de evento, programa de rádio e TV e relatórios de pesquisa.
5 – Inserção Social	15%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	55%	Considerar o impacto e a inserção educacionais e sociais do programa, assim como seu impacto científico e tecnológico. Para o primeiro, valorizar: produção de material didático, parcerias com as redes, formação de profissionais para os sistemas de ensino, assessorias,

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		projetos de extensão, divulgação científica, destinação dos egressos, entre outros. Para o segundo, valorizar: participação em sociedades científicas, organização de eventos, criação de produtos e processos tecnológicos, entre outros.
5.2. Integração e cooperação com outros Programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	30%	Considerar a integração e a cooperação com outros Programas/instituições, valorizando as de maior duração e impacto.
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.	15%	Verificar a existência de página com principalmente as seguintes informações : proposta e estrutura do programa, linhas e projetos de pesquisa, financiamentos, produção bibliográfica, corpo docentes, processo de seleções e intercâmbios. Valorizar acesso digital à integra de todas as teses e dissertações defendidas.

MESTRADO PROFISSIONAL		
Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	30%	- Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	20%	- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	10%	- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	20%	- Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da Área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus estudantes, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da Área.
1.5. Proposta do Programa voltado para as necessidades de formação de professores, coordenadores e gestores da Educação Básica.	20%	- Examinar os objetivos dos Programa, procurando identificar se sua programação curricular atende as necessidades de formação de professores, coordenadores e gestores da Educação Básica.
2. Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	- Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009 - Portaria Ministerial sobre Mestrado Profissional). - Examinar se o Corpo Docente atua nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.</p>	<p>20%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes. - Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, considerando o estabelecido pelo inciso VI do Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17/2009 : “a proposta de Mestrado Profissional deverá, necessária e obrigatoriamente, comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial”
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.</p>	<p>20%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os docentes permanentes.
<p>2.4 . Articulação das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e de formação do corpo docente com projetos das secretarias de educação estaduais ou municipais, organizações não governamentais relacionadas à educação e ou Unidades Escolares.</p>	<p>10%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados ou não por setores governamentais, não governamentais.
<p>3. Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão</p>	<p>25%</p>	
<p>3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa</p>	<p>30%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de estudantes matriculados no período. - Examinar a relação entre o número de

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de docentes do Programa.
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos	40%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica. - Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos estudantes e egressos.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos	20%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos / privados.
3.4. Envolvimento dos discentes em sua formação	10%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a participação do corpo discente em eventos e ações de formação promovidas ou indicadas pelo Programa, que possam revelar interesse em ampliar sua formação.
4. Produção Intelectual	35%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	30%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a total de publicações de docentes permanentes do programa no triênio. A partir de indicadores que permitam uma comparação relativa.
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	20%	<p>Examinar o número total da Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes, tais como, entre outras:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros); - Artigos publicados em periódicos técnicos; - Participação em comitês técnicos: internacionais, nacionais, estaduais ou municipais; - Editoria de periódicos técnicos: editor

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		científico, associado ou revisor; - Elaboração de protocolos, normas ou Programas; - Consultoria ou assessoria técnica; - Produtos técnicos; - Protótipos; - Patentes; - Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da Área.
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do Programa	30%	- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do Programa.
4.4. Articulação da produção técnica e científica entre si e com a proposta do Programa.	20%	- Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do Programa.
5. Inserção Social	20 %	
5.1. Impacto do Programa	40%	- Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil. - Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (tais como dimensão: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal, etc ...), nos níveis local, regional ou nacional. a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública Educacional ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de estudantes que irão fazer uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino, bem como para formulação de políticas educacionais.</p>
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	20%	- Examinar a participação em Programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de mestrado profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	20%	- Examinar a participação em convênios ou Programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados aos estudantes; a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa	20%	- Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>estudantes, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e estudantes, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação.</p> <p>- Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º Portaria CAPES nº 13/2006).</p>
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

VI- Considerações e definições sobre internacionalização /inserção internacional

A internacionalização, na área de educação, vem sendo desenvolvida em torno dos seguintes eixos:

- a) o primeiro diz respeito à internacionalização realizada, principalmente, por meio de publicações em livros e periódicos internacionais. Trata-se de resultados de pesquisas individuais ou de grupos de professores e pesquisadores publicados em periódicos internacionais de qualidade;
- b) o segundo caracteriza a internacionalização como o desenvolvimento de pesquisas e outras atividades em rede que exigem maior envolvimento institucional do Programa e da IES. Dentre os produtos desse eixo estão também livros conjuntos e artigos em periódicos;
- c) o terceiro diz respeito à atuação de pesquisadores e professores brasileiros em programas estrangeiros na qualidade de professores visitantes, assim como de pesquisadores estrangeiros nos programas no Brasil. Nesta última modalidade, ganham destaque os cursos de curta duração oferecidos nos programas de pós-graduação; e
- d) o quarto eixo vem sendo desenvolvido por meio da cooperação internacional, envolvendo trânsito de alunos. Nessa linha, há cooperações com programas e países

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

mais consolidados em termos de encaminhamento e recepção de alunos em programas do tipo sanduíche. Paralelamente, é ainda valorizada a relação com países menos desenvolvidos, na forma de programas de cooperação para formação, em ações atividades desenvolvidas com a África e alguns países da América Latina.

Considerações sobre cursos notas 6 e 7:

Os cursos candidatos a 6 ou 7 devem apresentar uma produção bibliográfica que supere os limites definidos na Ficha de Avaliação e evidenciem a inserção internacional indicada por: um nível de qualificação da produção equivalente aos centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos; uma consolidação de sua liderança nacional como formador de recursos humanos para pesquisa e pós graduação.

Evidentemente não é esperado que todos os Programas atuem em todos os eixos de internacionalização. A avaliação realizará a análise da qualificação dos Programas quanto nível e tipo de internacionalização.

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

- **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).
- **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).



Comissão de Área - Avaliação

Período de Avaliação: 2010 a 2012**Etapa:** Avaliação Trienal 2013**Área de Avaliação:** 38 - EDUCAÇÃO

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES	
ADEMIR JOSE ROSSO	UEPG	Consultor(a)
ALICE MIRIAM HAPP BOTLER	UFPE	Consultor(a)
ALICIA MARIA CATALANO DE BONAMINO	PUC-RIO	Consultor(a)
ANGELO RICARDO DE SOUZA	UFPR	Consultor(a)
BEATRIZ DE BASTO TEIXEIRA	UFJF	Coordenador(a) Adjunto(a) Mestrado Profissional
BERNARDO JEFFERSON DE OLIVEIRA	UFMG	Consultor(a)
BRUNO PUCCI	UNIMEP	Consultor(a)
CLARILZA PRADO DE SOUSA	PUC/SP	Coordenador(a)
CLAUDIO ROBERTO BAPTISTA	UFRGS	Consultor(a)
DORIS PIRES VARGAS BOLZAN	UFMS	Consultor(a)
ELIZABETH FERNANDES DE MACEDO	UERJ	Consultor(a)
ENEIDA OTO SHIROMA	UFSC	Consultor(a)
EURIZE CALDAS PESSANHA	UFMS	Consultor(a)
FLAVIA OBINO CORREA WERLE	UNISINOS	Consultor(a)
HELOISA HELENA PIMENTA ROCHA	UNICAMP	Consultor(a)
JADER JANER MOREIRA LOPES	UFF	Consultor(a)
JADIR DE MORAIS PESSOA	UFG	Consultor(a)
JOSE PEDRO BOUFLEUER	UNIJUÍ	Consultor(a)
LUCIOLA INES PESSOA CAVALCANTE	UFAM	Consultor(a)
MARCIA SERRA FERREIRA	UFRJ	Consultor(a)
MARIA ANGELA MATTAR YUNES	UNILASALLE	Consultor(a)
MARIA CARMEN VILLELA ROSA TACCA	UNB	Consultor(a)
MARIA ELIZABETH BIANCONCINI TRINDADE MORATO PINTO DE ALMEIDA	PUC/SP	Consultor(a)
MARIA VILANI COSME DE CARVALHO	UFPI	Consultor(a)
MARILDA APARECIDA BEHRENS	PUC/PR	Consultor(a)
MARILIA CLARET GERAES DURAN	UMESP	Consultor(a)
MARILIA COSTA MOROSINI	PUC/RS	Consultor(a)
MARLUCIA MENEZES DE PAIVA	UFRN	Coordenador(a) Adjunto(a)
MOYSES KUHLMANN JUNIOR	USF	Consultor(a)
OLGAISES CABRAL MAUES	UFPA	Consultor(a)
ROSA FATIMA DE SOUZA	UNESP	Consultor(a)
ROSELI RODRIGUES DE MELLO	UFSCAR	Consultor(a)
SELVA GUIMARAES	UFU	Consultor(a)
TEREZINHA OLIVEIRA	UEM	Consultor(a)